

APRESENTAÇÃO E RESULTADOS

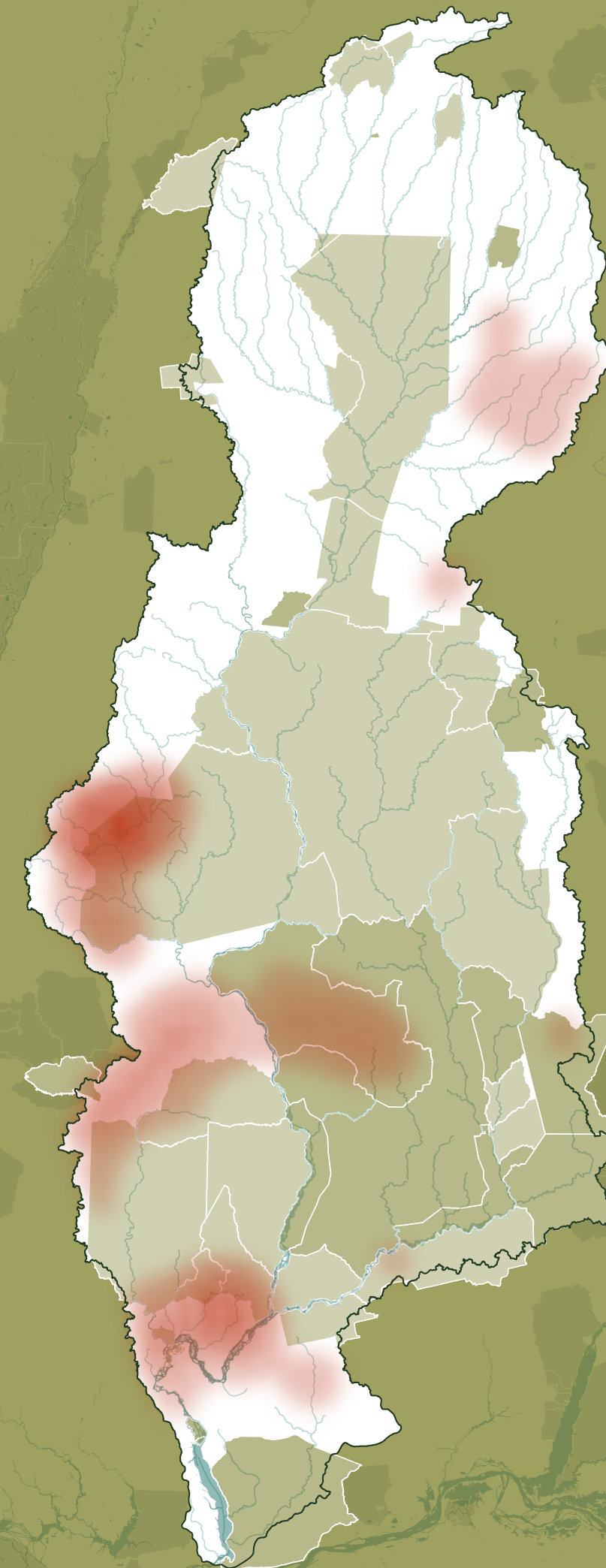
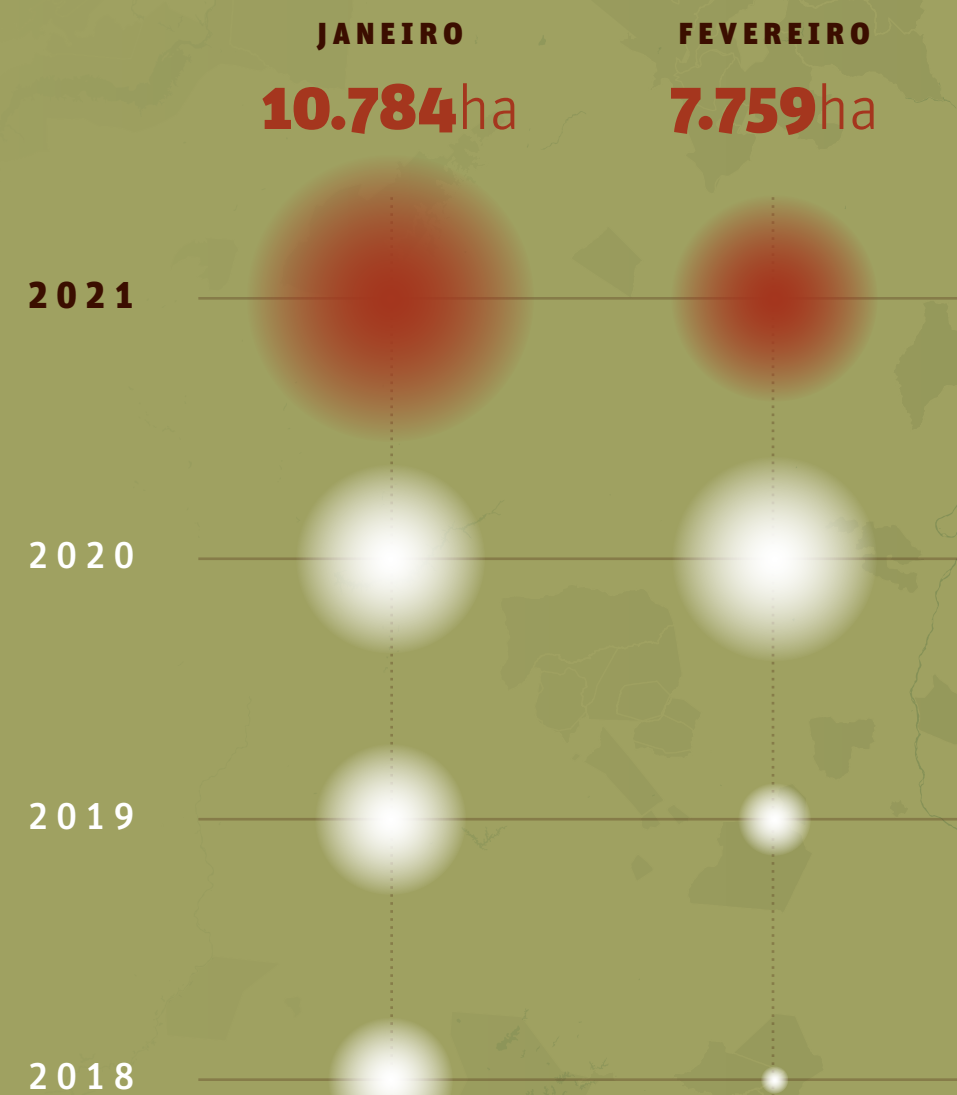
MUNICÍPIOS

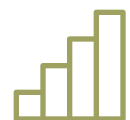
TERRAS INDÍGENAS

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

ÁREA CRÍTICA

↑25% de aumento em relação ao mesmo período do ano passado





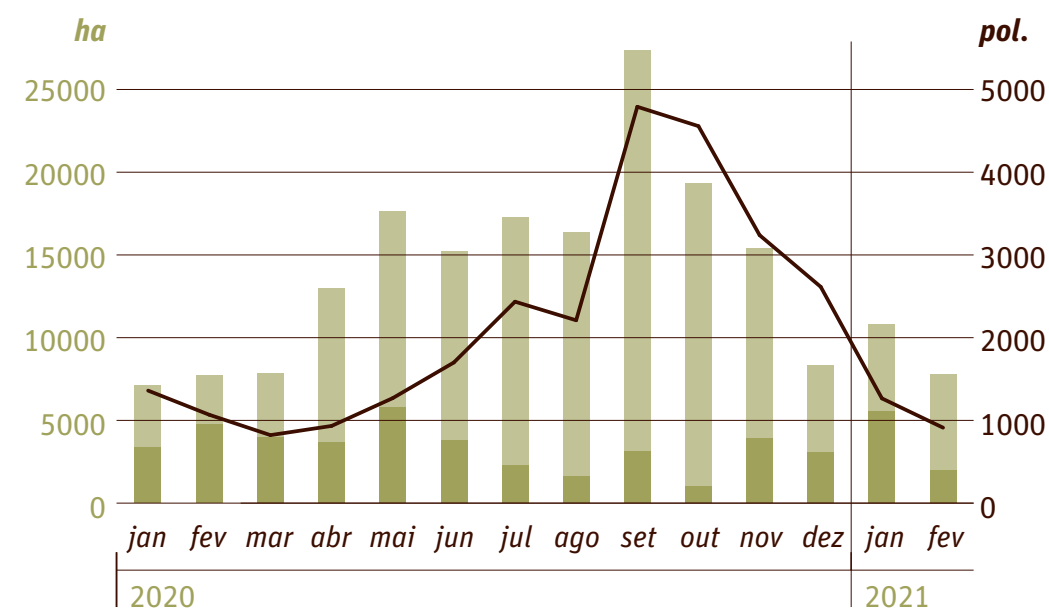
APRESENTAÇÃO E RESULTADOS

18.544ha

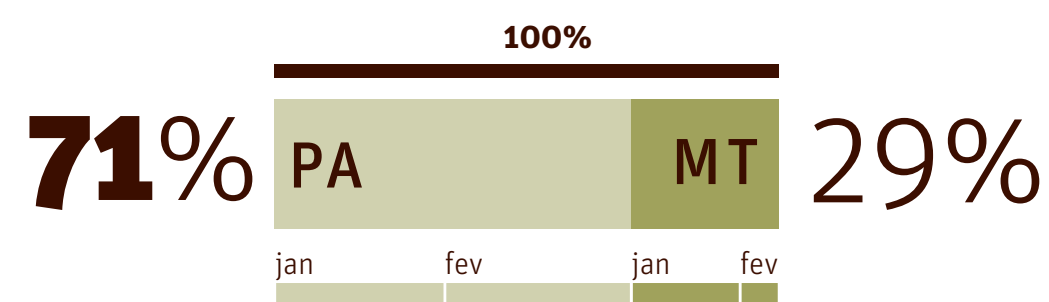
hectares foram **desmatados em dois meses** na *bacia do Xingu*

Mais de 18 mil ha foram desmatados na bacia do Xingu em janeiro e fevereiro de 2021, 25% a mais que no mesmo período do ano passado. Esse total equivale a quase o tamanho do município de Aracaju, em Sergipe, e foi desmatado em uma velocidade de 125 árvores derrubadas por minuto.

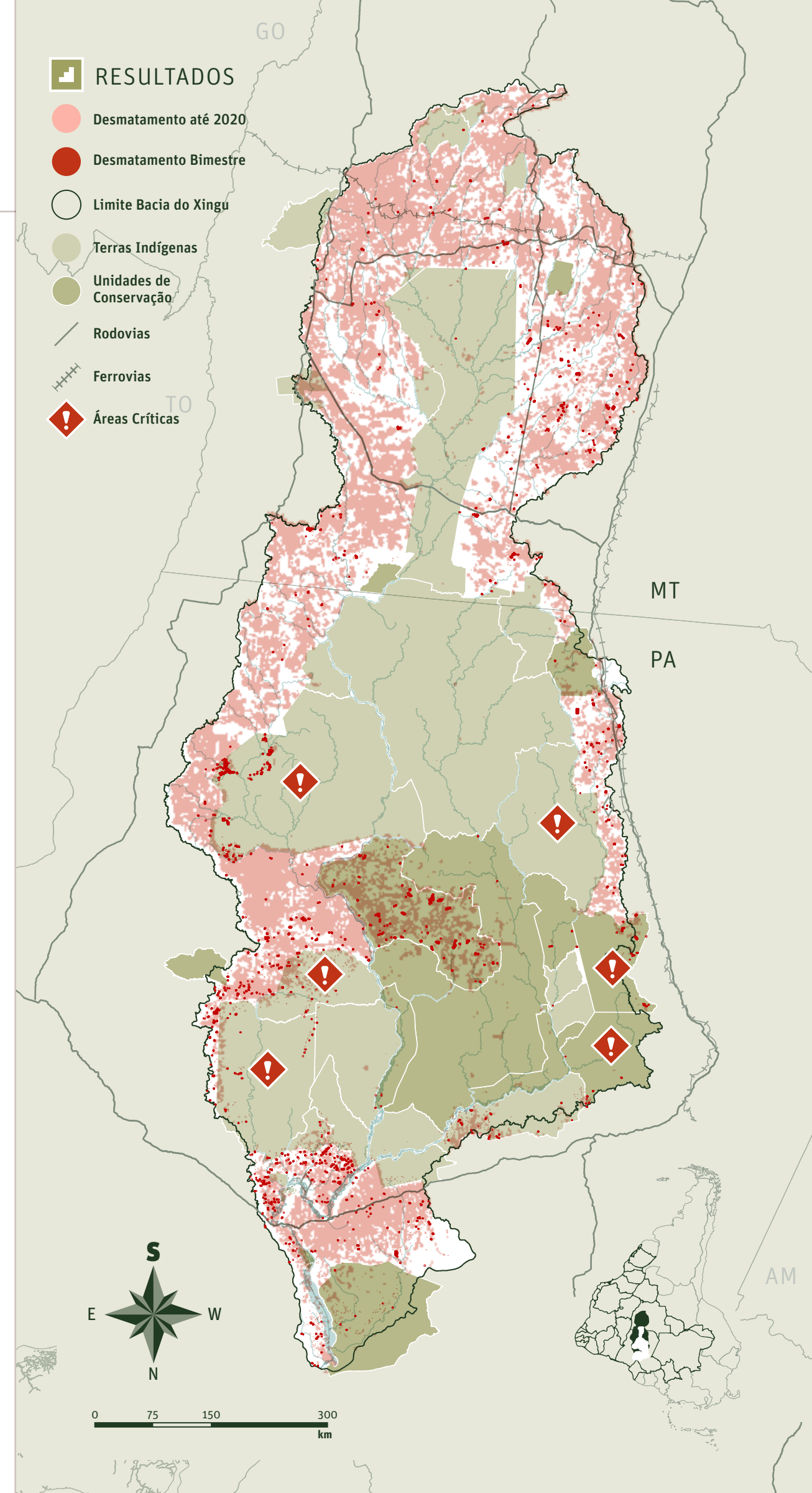
A região paraense da bacia se destacou pelos altos índices de desmatamento neste bimestre, com 11 mil ha desmatados, 71% do total detectado no período. Mesmo no inverno amazônico, estação com muita chuva na região, o que dificulta a ação dos infratores, o desmatamento apresentou aumento de 65% em relação a janeiro e fevereiro de 2020. Já no Mato Grosso, o desmatamento teve uma ligeira redução de 8% em comparação com o mesmo período do ano passado, no entanto, mais da metade (52%) do desmatamento no estado é ilegal.



— Nº de Polígonos
 Pará/ rea desmatada
 Mato Grosso/ rea desmatada



Desmatamento detectado em jan. e fev. de 2021 na bacia do Xingu por estado

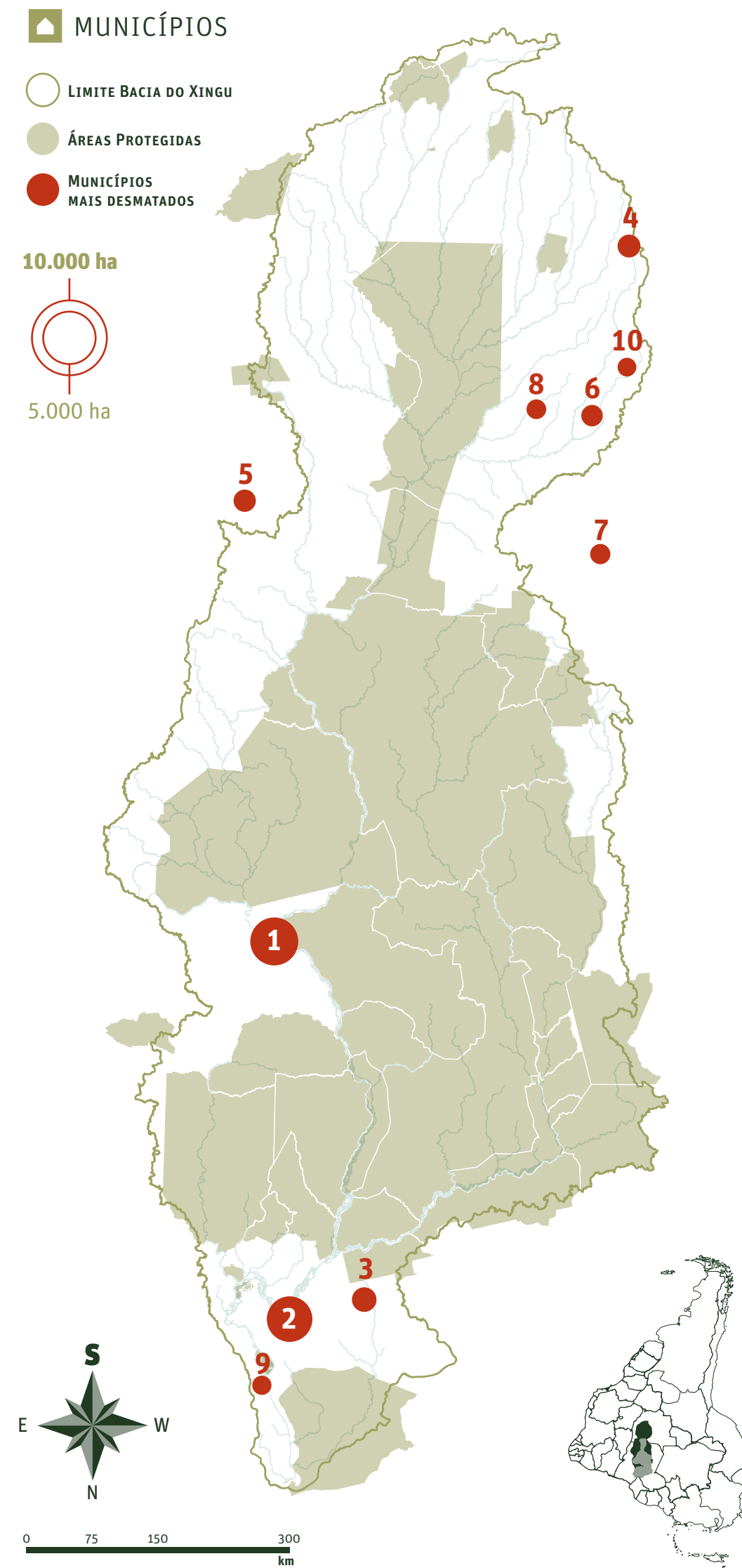
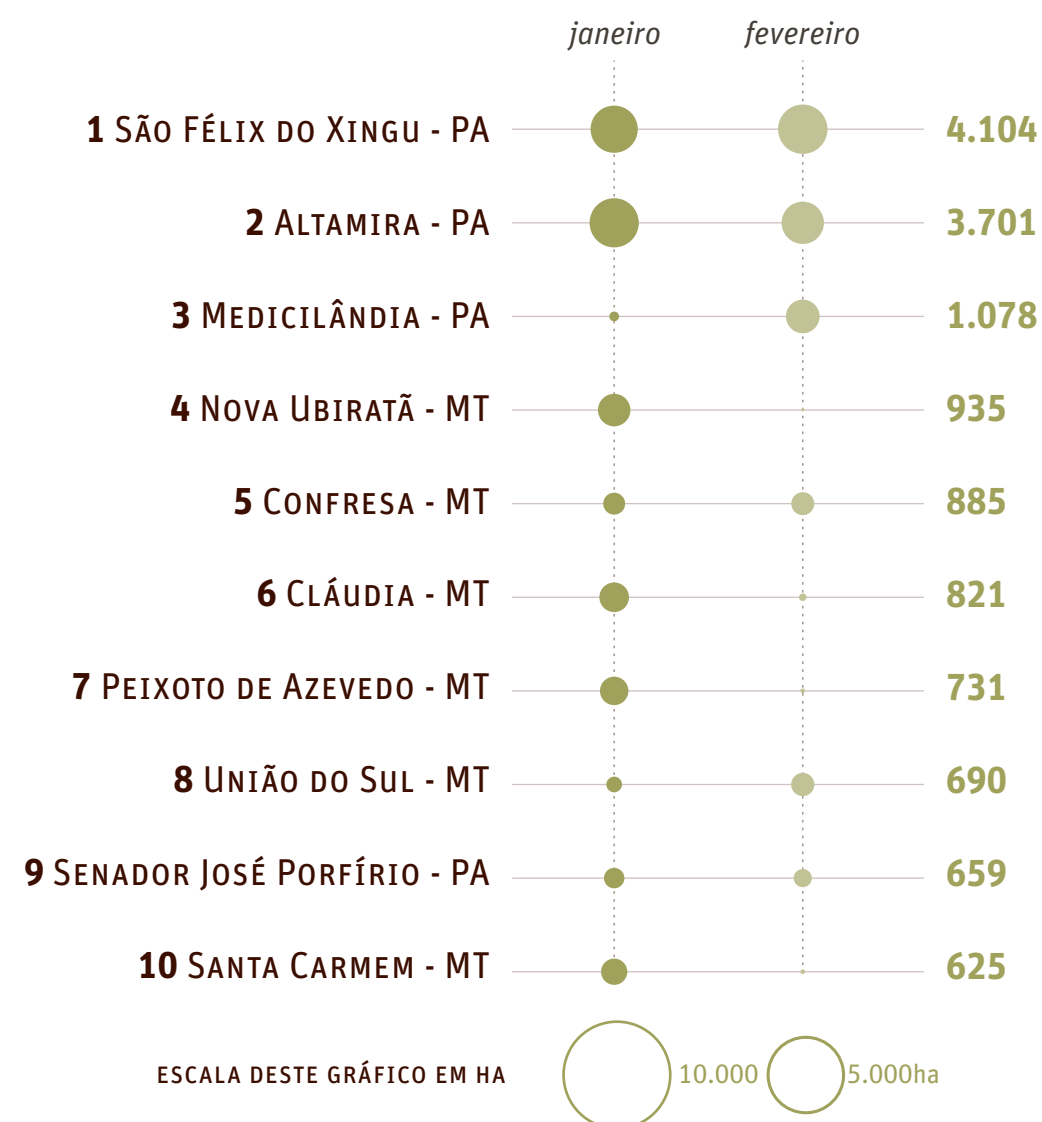


42%

do total desmatado na bacia se concentra em 2 municípios

São Félix do Xingu e Altamira, no Pará, foram os municípios que mais desmataram na bacia, concentrando juntos 42% do total desmatado. São Félix do Xingu, primeiro lugar do ranking, é o município que mais emite gases de efeito estufa do Brasil, segundo o Observatório do Clima, tanto pelas altas taxas de desmatamento como pelo rebanho bovino de mais de 2 milhões de cabeças. Altamira, em segundo lugar, compreende áreas intensamente desmatadas devido à pressão exercida de grandes obras de infraestrutura como a BR-163, a BR-230 (Transamazônica) e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

No Mato Grosso, Nova Ubiratã e Confresa, apresentaram os maiores índices do bimestre, com 935 ha e 885 ha, respectivamente. Cláudia, terceiro município mais desmatado na porção mato-grossense da bacia, também se destaca por ter 100% de suas áreas de vegetação suprimidas sem nenhuma autorização de desmate. Peixoto de Azevedo, Guarantã do Norte e Querência também apresentaram 100% de ilegalidade.

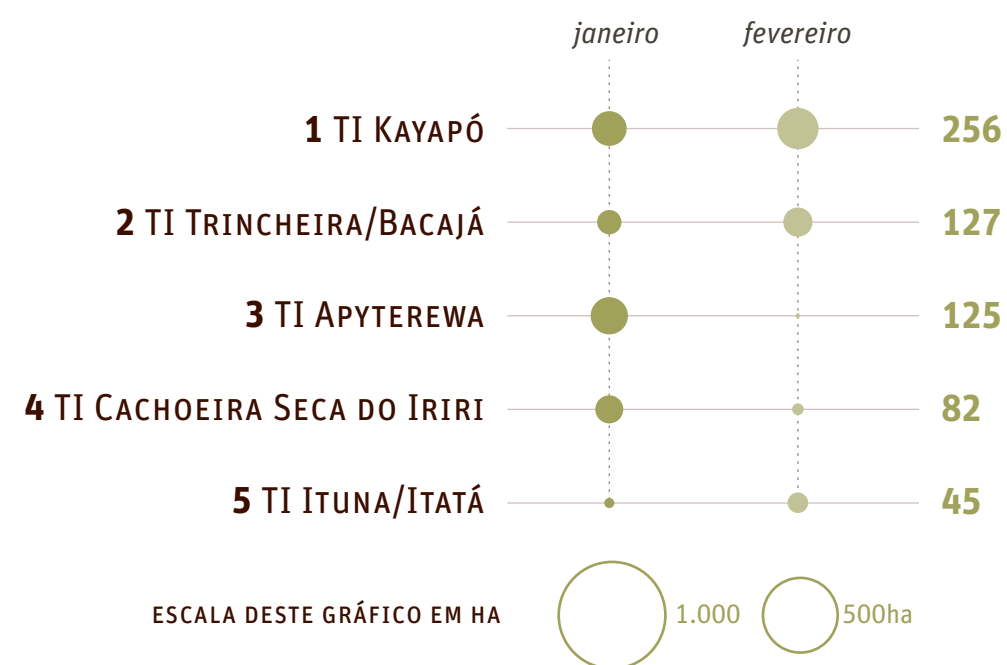


701ha

foram desmatados dentro das Terras Indígenas e avança o desmatamento no limite sudoeste da TI Trincheira Bacajá

Invasões, grilagem de terras e mineração ilegal continuam avançando sobre os territórios indígenas mesmo nos meses de chuva. Entre janeiro e fevereiro de 2021, 701 ha foram desmatados dentro das Terras Indígenas da bacia do Xingu. No primeiro lugar do ranking está a TI Kayapó com 256 hectares de desmatamento, um aumento de 18% em relação ao mesmo período do ano passado.

Em segundo e terceiro lugar, estão as Terras Indígenas Trincheira Bacajá e Apyterewa, com 127 e 125 hectares desmatados, respectivamente. Essas duas TIs, que são vizinhas, também estão conectadas por uma mesma frente de invasão. É pela abertura de estradas ilegais que o desmatamento na TI Apyterewa, avança, desde 2019, para o território do povo Xikrin [\[saiba mais\]](#).



No final de 2020, uma nova estrada com origem na Apyterewa foi aberta no sudoeste da TI Trincheira Bacajá abrindo passagem para mais uma frente de desmatamento: 113 hectares desmatados foram detectados na região em apenas 6 meses.

 TERRAS INDÍGENAS

 LIMITE BACIA DO XINGU

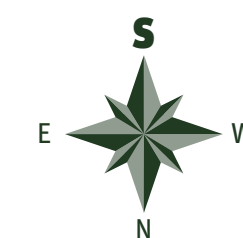
 ÁREAS PROTEGIDAS

 TIS MAIS DESMATADAS

1.000 ha



500 ha



0 75 150 300 km

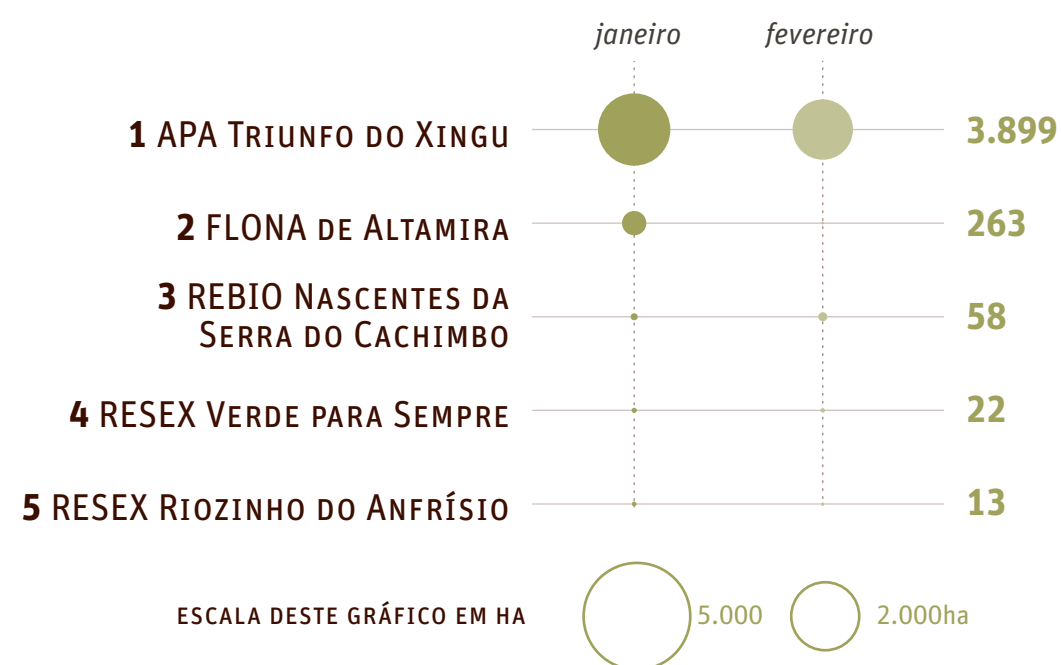


4.800ha

de floresta podem ser desmatados na FES do Iriri

Mais de 4,2 mil ha foram desmatados nas Unidades de Conservação da bacia do Xingu no primeiro bimestre do ano, um aumento de 95% em relação a janeiro e fevereiro de 2020. Esse aumento está associado ao desmatamento na APA Triunfo do Xingu que concentrou 91% do total desmatado em UCs no período.

Outra UC que merece destaque é a Floresta Estadual (FES) do Iriri devido a abertura de aceiros (remoção de faixas de vegetação) que delimitam um loteamento e podem resultar na derrubada de uma área de floresta de quase 4,8 mil ha. A demarcação dessa área foi iniciada em 2019, época em que foram feitas denúncias relatando o risco do desmatamento de uma grande área na FES. Desde então, o desmatamento havia cessado. Contudo, no início de 2021, mais 11 ha de desmatamento foram



detectados na mesma região, completando o contorno da área de interesse. Somado a isso, a área se encontra dentro de 15 registros inscritos no Cadastro Ambiental Rural, revelando o indício de apropriação ilegal de uma grande extensão de terra dentro da Área Protegida.

UN. DE CONSERVAÇÃO

LIMITE BACIA DO XINGU

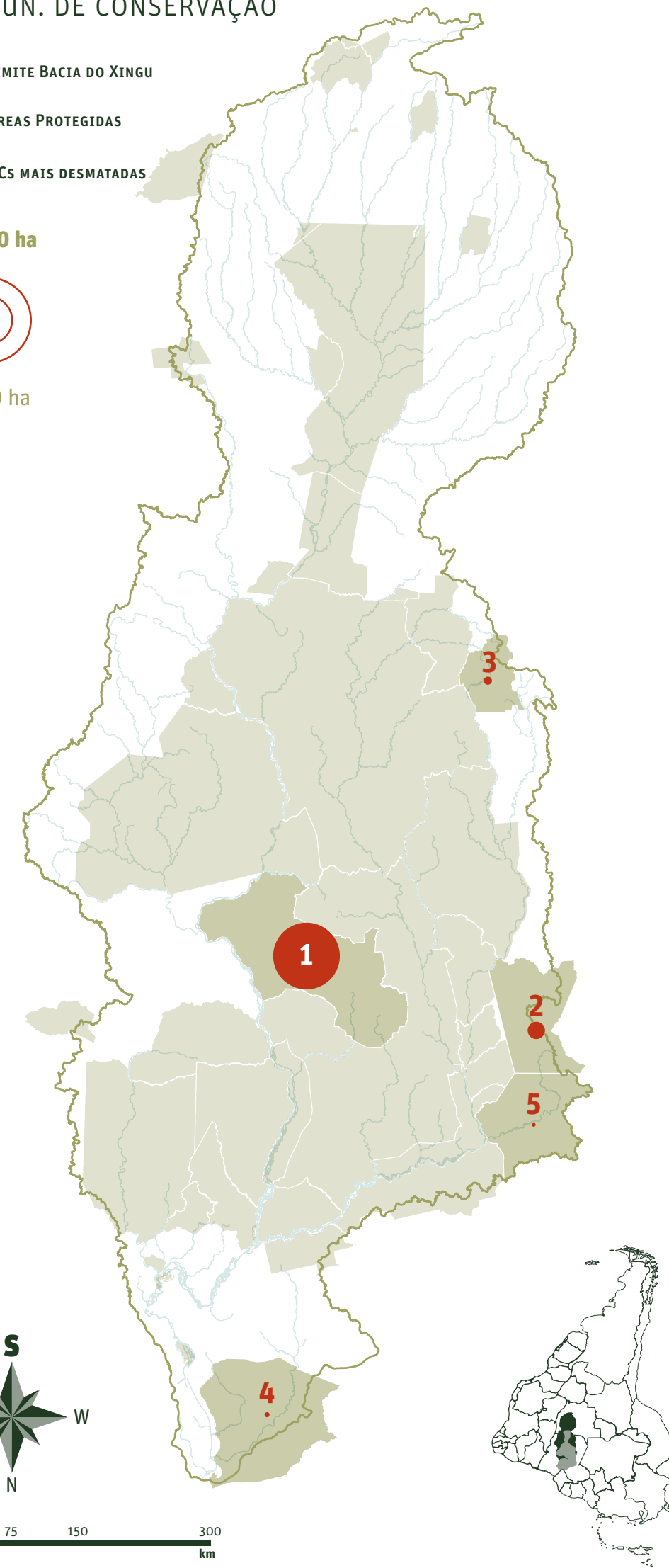
ÁREAS PROTEGIDAS

UCS MAIS DESMATADAS

5.000 ha



2.000 ha





ÁREA CRÍTICA

287ha

foram desmatados pela mineração ilegal dentro das Áreas Protegidas do Corredor Xingu

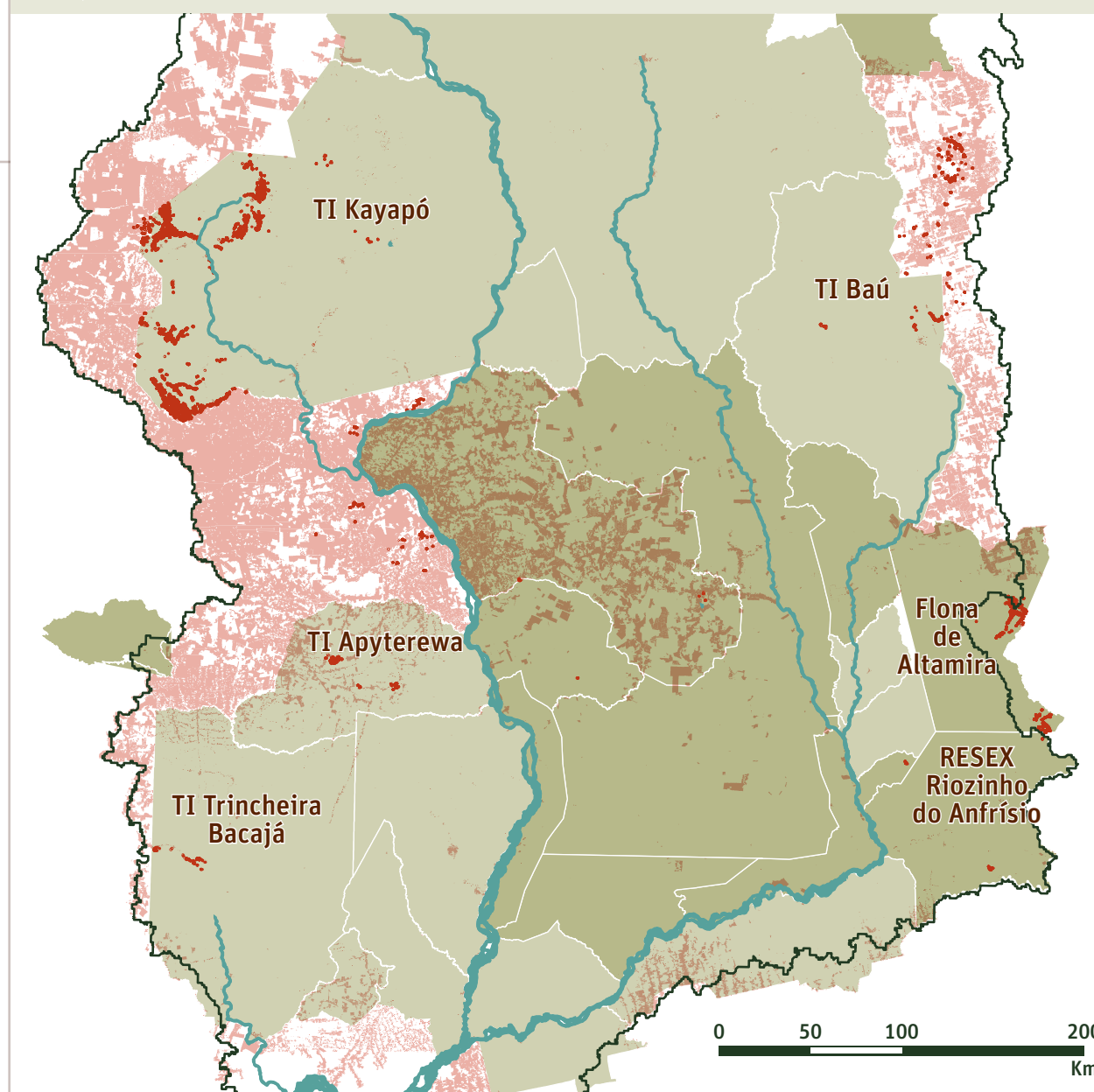
No primeiro bimestre de 2021, a mineração ilegal avança e causa, além dos impactos da remoção da vegetação nativa, a destruição dos leitos dos rios e a contaminação de suas águas, colocando em risco a saúde dos povos indígenas e populações tradicionais.


A mineração ilegal dentro das Terras Indígenas Trincheira Bacajá e Apyterewa expandiu no período. Nos primeiros dois meses do ano foram desmatados 13 ha pelo garimpo na terra do povo Xikrin e 4 ha em dois garimpos no território Parakanã. Na Terra Indígena Baú, foi detectado o avanço da atividade mineradora no garimpo Coringa, que já concentra mais de 115 ha desmatados entre 2018 e fevereiro

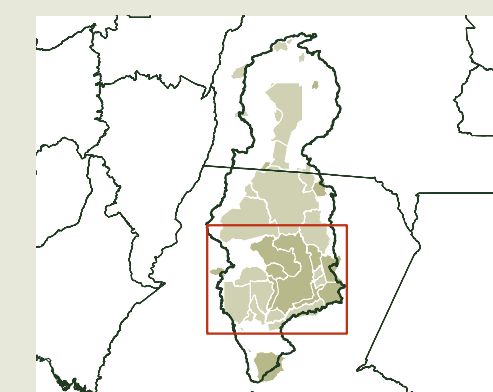
de 2021. Nas Unidades de Conservação da bacia, também foram identificadas novas aberturas pela mineração ilegal na Resex Riozinho do Anfrísio e na Flona de Altamira.

Já a Terra Indígena Kayapó, área protegida mais impactada pela atividade ilegal, teve mais de 256 ha desmatados nos primeiros dois meses de 2021. Em apenas 3 anos, entre 2018 e 2020, 4.763 hectares foram destruídos no território Kayapó, concentrando 82% da mineração ilegal dentro do Corredor. Em setembro de 2020 e em fevereiro de 2021 ocorreram ações de fiscalização na TI, no entanto, o desmatamento não cessou. Até que se identifique os membros da organização criminosa responsáveis pelo financiamento e logística desta atividade ilegal, as operações têm um efeito limitado. Com múltiplas vias de acesso terrestre à TI, dezenas de máquinas, centenas de garimpeiros e focos de garimpo espalhados por um extenso território, são necessárias ações contínuas e permanentes, uma vez que os infratores, motivados pelo retorno financeiro do ouro, regressam pouco tempo após a saída das equipes de fiscalização.

 MAPA ALERTA



-  Outros desmatamentos até fev. 2021
-  Garimpos detectados entre jan. de 2018 e fev. 2021
-  Terras Indígenas
-  Unidades de Conservação
-  Limite Bacia do Xingu
-  Corpos d'água



Veja os polígonos de desmatamento atualizados mensalmente no Observatório Xingu:

<https://www.xingumais.org.br/observatorios/degradacao>

Cadastre-se para receber o Boletim SIRAD X e os alertas de desmatamento publicados mensalmente.

Escreva um email para a gente no deolhonoxingu@xingumais.org.br

O Boletim SIRAD X é publicado a cada dois meses na Plataforma Rede Xingu+ (www.xingumais.org.br)

Os polígonos e boletins estão disponíveis em <http://bit.ly/SIRADX>

Sirad X

Sistema de indicação por radar de
desmatamento na bacia do Xingu

